

ÍNDICE

Introdução.....	1
I – A insolvência da entidade empregadora.....	5
1. Questões prévias	7
2. Reflexos da insolvência nos contratos de trabalho	10
3. A insolvência do empregador nos contratos de trabalho em caso de manutenção da empresa	13
3.1. Cessação do contrato de trabalho de trabalhadores dispensáveis.....	13
3.2. Celebração de novos contratos de trabalho durante o processo de insolvência	16
4. A insolvência do empregador nos contratos de trabalho em caso de encerramento da empresa	19
5. Alienação da empresa	23
II – o trabalhador enquanto credor da insolvência ou da massa insolvente da entidade empregadora	25
1. O trabalhador enquanto credor.....	27
1.1. Créditos remuneratórios.....	29
1.2. Créditos indemnizatórios e compensatórios	30
III – O regime de privilégio dos créditos laborais: uma garantia dos créditos dos trabalhadores.....	39
1. Breve introdução	41
2. Os privilégios creditórios dos créditos laborais.....	42
2.1. Os privilégios concedidos pela lsa.....	45
2.2. A entrada em vigor da lei nº 96/01, de 20 de agosto.....	47
2.3. Os privilégios imobiliários gerais: a sua prevalência sobre direitos de terceiros.....	47
2.4. Privilégio creditório mobiliário geral no código do trabalho de 2003	49
2.5. Privilégio creditório imobiliário especial no código do trabalho de 2003	51
2.6. Os privilégios creditórios enquanto exceção ao princípio da igualdade entre credores	54
IV – O privilégio creditório imobiliário especial dos créditos laborais enquanto garantia no processo de insolvência.....	57
1. A previsão do privilégio creditório imobiliário especial no ct: o objeto	59
1.1. O código do trabalho de 2003.....	59
1.2. O código do trabalho de 2009.....	63
2. A consequente violação do princípio da igualdade entre trabalhadores	65
3. A possível violação do princípio da tutela da confiança legítima no confronto entre a hipoteca e os privilégios imobiliários especiais.....	70
4. A insolvência de uma empresa de construção civil: análise de um caso em concreto	73
4.1. O acórdão do supremo tribunal de justiça de 31/03/2016, processo nº 8/16.4yflsb.....	75

5. A (des)necessidade de prova pelo trabalhador do exercício da sua atividade em determinado imóvel	78
Conclusões	81
Referências bibliográficas	85